



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL: 0001161-53.2002.815.0011

RELATOR : Juiz Convocado ALUÍZIO BEZERRA FILHO
APELANTE : Estado da Paraíba, representado por seu Procurador
PROCURADOR : Paulo de Tarso Cirne Nepomuceno
APELADA : C. Santos e CIA. LTDA.
DEFENSORA : Dulce Almeida de Andrade
ORIGEM : Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande
JUÍZA : Deborah Cavalcanti Figueiredo

**EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO
INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO
DA SÚMULA Nº 314 DO STJ. POSSIBILIDADE.
DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO**

- Dispõe a Súmula nº 314 do colendo STJ que:
"Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo quinquenal da prescrição intercorrente".

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, **DESPROVER O RECURSO**, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fl. 151.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Estado da Paraíba contra Sentença de fls. 127/128 que julgou extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 174, I, do CTN, decretando configurada a prescrição intercorrente.

Irresignada, a Fazenda Estadual interpôs o presente Apelo fls. 130/135, suplicando, em suas razões, pela total reforma do julgado. Alegou que não existiu prescrição intercorrente, uma vez que a Fazenda não foi intimada da suspensão da execução. Disse, ainda, que não foram observados os

requisitos do art. 40 da Lei nº 6.830/80, pleiteando o prosseguimento do presente executivo fiscal.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça não se manifestou sobre o mérito (fls. 145/146).

É o relatório.

VOTO

Com o objetivo de evitar a eternização dos feitos executivos fiscais no aguardo de diligências a cargo do Exequente, afigura-se cabível a decretação da prescrição intercorrente para impedir a imprescritibilidade da pretensão executiva.

Sob tal fundamento, qual seja, impedir a referida eternização dos feitos executivos fiscais, o STJ formulou a Súmula nº 314, dispondo:

“Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo quinquenal da prescrição intercorrente”.

Assim, verificando-se que inexistem bens a penhorar, a parte exequente pode valer-se do art. 40 da LEF, restando suspenso o processo e, conseqüentemente, o prazo prescricional por um ano. No entanto, transcorrido esse período, o prazo recomeça a ser contado até que se completem cinco anos.

O entendimento do STJ, de que após um ano de paralisação a prescrição deve voltar a ter curso, coaduna-se com a idéia de inadmissibilidade de que permaneça imprescritível a pretensão do Fisco de ver seus créditos satisfeitos.

No presente caso, observo que o Juiz *a quo* determinou a suspensão da presente Execução Fiscal na forma do art. 40 da Lei nº 6830/80 em 26/04/2003, (fl. 20), tendo o Procurador tomado ciência em cartório na mesma data.

Neste passo, constatada a ocorrência no caso concreto do decurso do prazo prescricional quinquenal previsto na Súmula nº 314 do STJ, tenho por irreparável a Decisão singular que concluiu pela extinção com resolução do mérito do feito executivo em face da prescrição intercorrente.

Consoante o entendimento sumulado, a fluência do prazo prescricional opera-se por força de lei, contando-se um ano da data da suspensão, independentemente de novo ato processual.

Quanto a alegação que houve movimentação do processo pela Fazenda Estadual, entendo que diversas diligências foram realizadas, contudo não houve êxito em nenhuma delas, uma vez que não trouxeram efetividade ao processo e quanto ao pedido de penhora, seu requerimento só foi feito em 2009, ou seja, mais de 6 (seis) anos da suspensão do processo.

Face ao exposto, **DESPROVEJO** a Apelação.

É o voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto. Participaram do julgamento, além do Relator, Excelentíssimo Senhor Doutor **Aluízio Bezerra Filho** (Juiz convocado para substituir o Exmo. Des. Leandro dos Santos), o Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Eduardo Leite Lisboa** (Juiz convocado para substituir a Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti) e o Desembargador **José Ricardo Porto**.

Presente à sessão a douta representante do Ministério público, Dra. **Vasti Cléa Marinho Costa Lopes**. Procuradora de Justiça.

Sala de Sessão da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de julho de 2016.

Juiz convocado ALUÍZIO BEZERRA FILHO
Relator